

Gros diz que prazo da suspensão do pagamento depende dos banqueiros

São Paulo — O presidente do Banco Central, Francisco Gros, que passou o dia de ontem reunido com banqueiros nacionais e estrangeiros — os seus representantes — em São Paulo, disse estar havendo certa confusão em torno das medidas tomadas anteontem pelo governo Sarney. Garantiu que o câmbio não está centralizado. O que o governo fez foi apenas suspender o pagamento de juros da dívida a bancos particulares. Operações manuais — compra de dólares por viajantes — ou de importações, não estão e não serão afetadas. A principal dúvida dos banqueiros, sobre o tempo de duração da suspensão de pagamentos, foi respondida com um seco “depende de vocês”.

Reuniões

As reuniões de esclarecimento do governo, com o setor bancário, duraram da manhã à noite, todas no escritório do Banco Central. Às 9h30min da manhã, acompanhado da diretoria, o presidente do Banco Central recebeu 50 diretores dos principais bancos brasileiros com agências no exterior, como o Bradesco, Noroeste, BCN, Mercantil, Itaú, Banespa e Real. Carlos Eduardo de Freitas, diretor da área externa do BC, garantiu-lhes que não há perigo de pressões de saques contra aquelas agências — com o que concordam os próprios diretores desses bancos e o vice-presidente internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva.

Freitas garantiu que o BC está preparado para socorrer as instituições que tenham problemas de fechamento de caixa. “Faremos um monitoramento para evitar qualquer dificuldade”, prometeu. O diretor da área internacional do Banco Real, Ricardo Gribel, disse que os bancos estão tranquilos porque a decisão do governo afeta apenas contratos externos com prazos de 360 dias e as agências brasileiras trabalham com empréstimos de captação e liquidação diários. Freitas lembrou que o governo não receia qualquer retaliação, porque o Brasil não ameaçou com nenhum confronto e os credores já consideram “moderadas” as medidas anunciadas pelo governo.

No começo da tarde, o BC manteve reunião com representantes da área de câmbio dos bancos, na qual foram passados detalhes de procedimento operacional, dentro das novas regras de centralização. Álvaro de Alencar, coordenador de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, disse que a centralização do câmbio permitirá maior relatividade nas importações, com prioridade para bens de capital, matérias-primas essenciais e petróleo (também participaram da reunião representantes da Petrobrás). Ele assinalou também que as reservas brasileiras de 3,9 bilhões de dólares têm total liquidez.

Para o diretor da dívida externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, as operações de Câmbio estão totalmente normais, seja no câmbio manual para compra de dólares para viagens ao exterior seja nas remessas de ordem de crédito para pagamento das importações. Segundo ele, os bancos já tinham entendido corretamente as medidas. “A não ser em relação ao pagamento dos juros, nada mudou nas operações de câmbio”, finalizou.